

## A invisibilidade impressa na Língua Geral Amazônica: um estudo em design

### *The invisibility printed in the General Amazon Language: a study in design*

Rômulo N. Pereira, Ricardo Artur Carvalho, Ligia Medeiros

Língua Geral Amazônica, cultura e sociedade, estudos em design, comunicação

Este trabalho descreve de forma reflexiva o incomum trajeto de uma língua indígena, dita geral, sua difusão, percalços, abandono e perseguição. O que torna fora do comum essa narrativa, e de interesse para os estudos em design, é o fato de que esse idioma mediou a comunicação humana em um amplo território do Brasil. Também foi formalizado em uma escrita, impresso usando caracteres móveis e ensinado a povos bastante heterogêneos. Um movimento que reflete a constituição de um lugar não apenas geográfico, a Amazônia, mas um espaço social onde uma parte da sociedade brasileira se formou com seus diversos conflitos. Incluindo os discursos e disputas observadas a partir da cultura impressa, na difusão da informação e no tratamento dado outrem. A Língua Geral Amazônica (LGA) é a ponte pela qual buscamos chegar a esse universo quase invisível das línguas indígenas brasileiras, quase toda ela escrita, impressa e lida em “bom” português.

*Amazonian General Language, culture and society, design studies, communication*

*This paper critically traces the unusual path of an indigenous language, so called general, its diffusion, mishaps, abandonment and persecution. What makes this narrative extraordinary, and of interest for design studies, is the fact that this language was mediated human communication in a wide territory of Brazil. It has also formalized in a writing, printed using movable type and taught to very heterogeneous peoples. A movement that reflects the constitution of a place not only geographical, the Amazon, but a social space where a part of Brazilian society formed with its various conflicts. Including the discourses and disputes observed from the print culture, the diffusion of information and the treatment given by others. The Amazonian General Language (LGA) is the bridge by which we seek to reach this almost invisible universe of Brazilian indigenous languages, almost all of it written, printed and read in "good" Portuguese.*

### 1 Primeiramente

A pesquisa que apresentamos é parte de outra maior, em andamento, que propõe o estudo do princípio da atividade gráfica no Amazonas, de 1851 a 1930. Foi por tentar observar mais longe a complexa trama de relações que constituem os artefatos impressos na Amazônia que chegamos à Língua Geral Amazônica – LGA. Ainda hoje viva e, modernamente, chamada de Nheengatu. A partir dela analisamos o uso da tecnologia gráfica em um projeto de domínio sobre um vasto território para torná-lo mais inteligível ou menos selvagem, não para todos decerto. Assim, tentamos ler a comunicação impressa, e o design, de forma mais ampla, em que a imaterialidade se faz presente na forma de significados, desejos, disputas ou mesmo em uma visão de mundo.

Bonsiepe (2011: 21) ao falar em democracia como espaço para redução de heteronímias ressalta o aspecto utópico da atividade projetual, não sem perceber suas contradições. E diz que sua intenção, que compartilhamos neste trabalho, é a de “formar uma consciência crítica frente ao enorme desequilíbrio entre os centros de poder e os que estão submetidos a eles”. Daí propormos escutar o que diz uma língua indígena, observar suas marcas impressas e as invisíveis para refletirmos sobre o desconhecido caminho dessa forma de conferir significado ao mundo, o idioma, e seus desdobramentos.

O conjunto metodológico proposto para esta investigação se alimenta de fontes bibliográficas, como os trabalhos de Freire e Rodrigues, dentre outros, para o estabelecimento de marcos e o contato com agentes de uma narrativa que se pretende crítica. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional levantamos informações de fontes primárias, sobretudo, em periódicos, *Exposições*, *Fallas* e *Relatórios* da Província do Amazonas do século 19. As

*Exposições* ou *Fallas* eram publicações em que um governante, ou alguém a seu serviço, prestava contas dos negócios da Província e informava sobre as providências tomadas. As duas frentes dialogam em uma pesquisa exploratória que busca mapear reflexivamente os usos que uma língua dita geral encontrou, incluindo suas disputas e cultura impressa ainda pouco conhecida na área do design.

Margolin (2014: 301) se refere ao *design studies* como um termo empregado para identificar um “campo acadêmico em expansão constituído de forma mais ampla”, e também reconhece ser a crescente a atividade de pesquisa em design e “com um escopo extremamente amplo cujos objetos e métodos estão apenas começando a ser articulados”. O mesmo autor, ao observar os vários discursos presentes na área, reconhece a complexidade que entendemos por artificial e alerta que este deve ser problematizado de forma nova, não como um simples substituto ao natural ao risco de “perder parte de nossa humanidade” (Margolin 2014:157). Assim, ao falarmos da LGA ressaltamos que não estaremos observando-a de forma estanque ou como simples índice do avanço de modernos artifícios eurocêtricos sobre a natureza intocada. O desejo, a imaginação, o artifício e a tecnologia são instrumentos humanos empregados em sua relação com o meio e tempo em que habitam. Sabemos que os indígenas promoveram significativas mudanças na floresta, domesticando animais, plantas e fazendo um amplo uso de seus recursos, inclusive simbólicos.

Asa Briggs e Peter Burke (2016: 13-14) reconhecem uma ampliação do conceito de comunicação e propõem que, independente de qual espaço ou tempo de onde se investigue, pesquisadores de comunicação e estudos culturais “devem levar em consideração a história; e que aos historiadores – de qualquer período ou tendência – cumpre levar em conta seriamente a teoria e a tecnologia da comunicação”. Mesmo em fenômenos ditos recentes se faz presente uma tradição ou ligação clara com o passado, o impresso incorporou muitas convenções do manuscrito, por exemplo. Propomos neste trabalho uma investigação em que vários campos de saber se sobrepõem, menos preocupados em demarcar fronteiras, buscamos o encontro e o trânsito com o saber do outro. Nesse percurso tecemos observações especulativas e críticas, não por falta de objetividade, mas por ser esta uma forma de suspeição do próprio discurso dito científico, utilizado muitas vezes como modelo único de produção de conhecimento. A neutralidade, ou melhor, a pretensão de um olhar despido de cultura ou intenções também não nos acompanha, pois muitas vezes revelamos a curiosidade por melhor entender o lugar em que se vive e com o qual se dialoga. Portanto, este artigo é um discurso que pretende estimular o diálogo, o questionamento e o conhecimento.

A fala, como discorre Flusser (2007: 89), não é produzida por “sons naturais, como, por exemplo, no canto dos pássaros, e a escrita não é um gesto natural como a dança das abelhas”. Daí a comunicação não ser uma ciência natural, apontando para um domínio do artifício, de códigos comuns e da cultura. A comunicação teria essa função essencial de acumular informações adquiridas (Flusser, 2007: 93) a partir de um código comum, e também um esforço por nos afastar da falta de sentido e da morte. Ainda segundo Flusser (2007: 96-97), para produzir informação os “homens trocam diferentes informações disponíveis na esperança de sintetizar uma nova”, ou seja, a informação surge a partir do diálogo efetivo. De outra maneira, a informação surgiria a partir do discurso, na esperança de que “possam resistir melhor ao efeito entrópico”. Diálogo e discurso geram informação, o primeiro pelo escambo de ideias, o outro pela via de mão única da fala dirigida a uma audiência.

A tipografia está intimamente ligada à “forma sólida da palavra” – a escrita, assim observa Bringhurst (2005: 9), em seu estilo preciso e poético. Ele também faz uma interessante associação das línguas a líquidos ou fluidos. Segurar, ou melhor, solidificar essa forma fugidia é o que procura fazer a escrita, e por extensão a tipografia. Ressalta também semelhanças e principalmente as diferenças fundamentais entre língua, escrita e tipografia:

O mundo do manuscrito e da tipografia exige sustentação artificial – o treinamento organizado dos mais jovens, em outras palavras, uma escola – enquanto as línguas faladas sustentam-se a si mesmas e florescem em qualquer lugar onde haja seres humanos. (Bringhurst, 2005: 15)

No vasto território da Amazônia brasileira, as ondas, ou melhor, a pororoca de idiomas foi sendo aplainada pela imposição de um tendo por base o tupi antigo. A língua por ser viva, se adapta e flui por vários caminhos. Já a comunicação impressa fixa no tempo uma voz, uma informação segundo um plano adequado à tecnologia empregada para produzir artefatos. Desse lugar movediço que nosso estudo se alimenta – da fala, do impresso e do design.

## 2 O banheiro do rio Babel

Ao escrever no século 21 utilizando um teclado de computador podemos deixar de perceber com clareza outro sistema sofisticado – a língua. Utilizamos a portuguesa, que aportou em um vasto território habitado por outros humanos que não foram percebidos como iguais, foram erroneamente identificados como habitantes das Índias, por conseguinte foram nomeados índios. Não são poucos os equívocos, desencontros e misturas em um conflito que ocorreu em vários estádios, inclusive na comunicação ou na necessidade de se estabelecer um contato mais preciso com o outro. Temos de lembrar que o engano, a dificuldade em definir o que não se conhece também estava presente do outro lado. Os nativos também tiveram que nomear o estrangeiro de pele mais clara e barba, e o fizeram segundo suas referências. Além de todos os artefatos nunca antes vistos, de vestimentas a armas, vários objetos tiveram que ser traduzidos e apropriados, não sem espanto ou imprecisões. Não sem interesses. E como acontece nas disputas, o lado vencedor impôs ao vencido encargos.

As observações críticas que tecemos se apoiam, em certa medida, no pós-colonialismo de Bhabha, e nos orientam ao nos forçar a ver além da insustentável soma de fatos ou de um projeto de civilização que está longe de ser linear ou claro:

É a partir desse lugar híbrido do valor cultural – o transnacional como o tradutório – que o intelectual pós-colonial tenta elaborar um projeto histórico e literário. Minha convicção crescente tem sido de que os embates e negociações de significados e valores diferenciais no interior da textualidade “colonial”, seus discursos governamentais e práticas culturais, anteciparam, *avant la lettre*, muitas das problemáticas da significação e do juízo que se tornaram correntes na teoria contemporânea – a aporia, a ambivalência, a indeterminação, a questão do fechamento discursivo, a ameaça à agência, o estatuto da intencionalidade, o desafio a conceitos “totalizadores”, para citar apenas alguns exemplos (Bhabha, 1998: 242).

As culturas que aqui viviam eram ágrafas, seu domínio sobre o mundo se dava pela fala de seus povos, pelas tradições e conhecimentos, nem tão frágeis ou pobres como muitas vezes somos levados a crer. O procedimento de fazer habitar em um vocábulo um significado específico e compartilhá-lo por um agrupamento humano não deve ser menosprezado. E foi feito por pelo menos 700 diferentes formas na Amazônia (Freire, 2007: 13) e mais de mil no Brasil (Rodrigues, 2005). Dentre as várias línguas nativas o estudo do tupi antigo se tornou privilegiado, tanto por portugueses quanto franceses, pois era falado por muitos povos do litoral brasileiro. Esta foi a origem das duas línguas gerais brasileiras: a Paulista ou Meridional, e a Amazônica. Procedimento similar se deu na América espanhola e as *lenguas generales* no México, com o Náhuatl; o Quechua, no Peru e o Guaraní no território paraguaio.

A expansão da LGA ocorreu com o patrocínio da Coroa Portuguesa e foi posta em curso pelas diversas ordens missionárias instaladas na região. Uma estratégia, dentre outras, para tornar gentis os nativos brabos ou “selvagens”. Assim, a Amazônia brasileira foi sendo levada ao bilinguismo, não sem confrontos, até a LGA tornar-se um idioma comum, dominante tanto entre brancos quanto entre índios, negros e mestiços. Muito tempo depois, em Relatório de 1866, ao discorrer sobre as Directorias de Índios da Província do Amazonas lemos a informação de que estas são 38, habitadas por 17.386 índios, de diversas nações ou tribos. E relata: “fallam cada uma dellas seu dialecto especial; porem quasi todas tambien fallam a lingua geral, que é a dos Tupis, ou Tupinambás”.

Essa travessia foi especialmente difícil para grupos estranhos ao tupi, sendo comum o emprego de castigos físicos no “ensino” da época. Havendo relatos que dão conta de uma recusa maior das mulheres em abrir de sua língua mãe pela língua geral imposta. Acontecendo, por isso, de serem “espancadas pelo missionário, responsável pela escola, com uma palmatória até lhe inchar as mãos e arrebentar o sangue” (Daniel apud Freire, p. 52). Não podemos deixar de observar o emprego constante dessa outra língua, a violência, nas diversas relações estabelecidas entres os povos nativos e o outro que buscava ampla dominação e controle. Visível também em um tipo de desterro que foi sendo imposto ao indígena, levado às aldeias e vilas para serem “civilizados”. Assim, muitos “não tinham mais nacionalidade e língua própria, assumindo a condição de índio genérico ou tapuio” (Freire, 2003: 172). Não foi apenas a materna língua perdida, mas sua identidade, afogada na torrente a que eram submetidos os habitantes de diversas etnias. Diferente do índio manso, que mantinha seu pertencimento a um grupo, estes, os tapuios, estavam à deriva.

Após sua difusão e apropriação por uma ampla população, a LGA passou a ser vista exclusivamente como uma língua de índio em oposição ao português, cada vez menos falado, mesmo pelos colonizadores. A mesma fluência não se deu em outro tipo de origem humana: os tipos móveis. Na bibliografia impressa produzida em língua geral observou-se um predomínio de gramáticas, vocabulários, dicionários, catecismos, sermões, orações (Freire, 2003: 19). Embora em menor número, também há o registro de narrativas, cantigas e mitos em língua geral e em outros idiomas nativos. Esse predomínio de obras com fins eclesiásticos ou pedagógicos pode ser observado no longo título estampado na folha de rosto de uma obra: *Diccionario portuguez, e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, Que emprehenderem a conversão de tantos milhares de Almas que ainda de achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, Sem o lume da Fé, e Baptismo (...)*. Obra de autoria anônima, publicada em Lisboa, no ano de 1796. Até o início do século 19 todas essas obras foram impressas fora da colônia brasileira, pois somente com a chegada da família real portuguesa a tecnologia tipográfica também se torna comum, ou se faz presente, no território brasileiro.

O poder exercido pelas ordens religiosas instaladas na região muitas vezes entrou em conflito com os interesses mais mundanos e mercantis dos governos locais e dos colonos. Decerto, não se tratava apenas de uma disputa por almas, mas por mão de obra e riquezas. Esse conflito será aparentemente resolvido no século 18, quando Portugal, sob o comando político do futuro marquês de Pombal, então primeiro ministro, tendo seu irmão por governador do Grão-Pará e Maranhão, toma uma série de medidas. Em seu projeto de fortalecimento do Estado português o papel da Igreja foi reduzido, incluindo a proibição do uso da LGA em 1758 e, no ano seguinte, a expulsão dos jesuítas de todos os territórios sob o domínio de Portugal.

Dessa forma as ondas, e a expansão da LGA, começam a ser reduzidas e postas à margem. Uma narrativa de apagamento se faz cada vez mais comum, visível na mudança forçada de muitos nomes indígenas de vilas e cidades para outros mais “decentes”, vale dizer, cristãos e portugueses. Assim, pela força do nome em língua portuguesa buscavam reforçar uma estrutura que estava frouxa, e que no século 19 vai ser de fato apertada, até quase emudecer a fala que antes era estimulada, mais no Pará do que na Capitania do Rio Negro, atual Amazonas. Assim, o outro lado dessa moeda é posto, se iniciava um período em que o bilinguismo não mais interessava:

Durante todo o período colonial, no entanto, a língua portuguesa, cujas categorias não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região, permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população. Esta situação só mudou a partir da segunda metade do século XIX, quando passou a predominar o monolinguismo na língua europeia. (Freire, 2003:13)

Esse embate se fez visível na comunicação escrita, no desencontro entre a língua comum e a oficial impressa em tipos móveis, também ensinada nas escolas. Em 1820, a tecnologia tipográfica se estabeleceu em Belém e em 1851 no Amazonas, que um ano antes havia sido elevada à categoria de Província. Nos periódicos e livros da região buscamos ler essa difícil relação entre o centro e a margem, o público e o privado, matriz e colônia. E entre o que é fixado em papel e o que é propositadamente deixado de fora, sem registro fixo, sem voz, apesar de amplamente falado nas ruas e habitações da Amazônia brasileira.

### 3 Uma língua ainda viva

No século 19 a repressão à revolta popular da Cabanagem (1835-40) contribuiu para a diminuição de falantes da LGA. Outras perdas advieram de outra guerra em um lugar distante, no Paraguai (1864), em que soldados da Amazônia foram levados a lutar contra outros falantes de uma língua geral semelhante a que tinham aprendido. Outra frente de combate se deu pelo ensino obrigatório das primeiras letras em português, nem sempre com bons resultados.

O relatório produzido pelo poeta Gonçalves Dias, a cargo do governo da Província do Amazonas, em 1861, atesta o estado muitas vezes precário do ensino, sobretudo nas comunidades do interior. Apesar disso, ele recomenda que o ensino obrigatório em português continue, pois: “a vantagem da frequência das escolas estaria principalmente em se desabituares da Língua Geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte” (Dias, 2002: 16). Onze anos depois, em um *Relatório* de 1872, na seção sobre a Instrução Pública no Amazonas lemos que a educação teria como finalidade principal “os costumes, a repressão dos

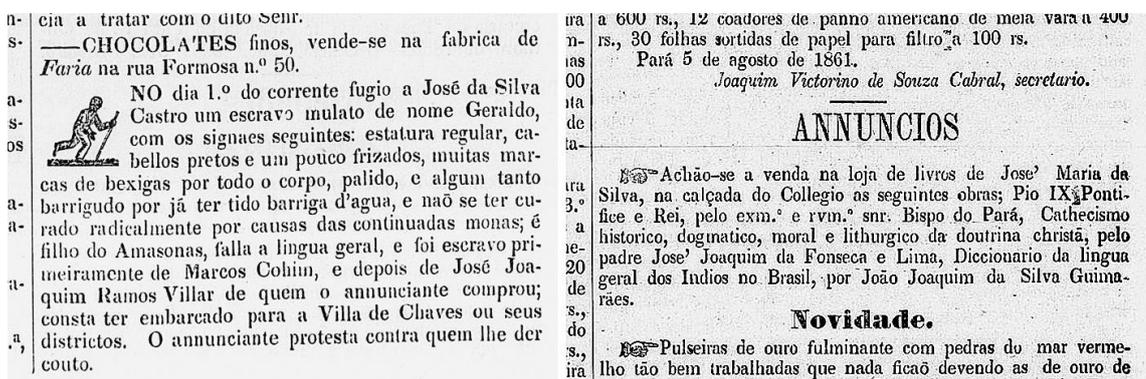
mãos instintivos e o desenvolvimento das qualidades nobres do coração...”. Podemos encontrar claros reflexos dessas “boas” intenções no processo de marginalização e tentativa de controle no emprego da comunicação oral e depois impressa.

Na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional buscamos a ocorrência da expressão língua ou “lingoa” geral em dois periódicos da região e nas *Exposições* do governo do Amazonas, de 1851 a 1888, para verificarmos de forma empírica o emprego da LGA no meio impresso. Ainda sendo um recorte, essa busca revelou informações valiosas, inclusive no que não estava impresso. Vale lembrar que a LGA era predominante no Amazonas no meio século 19, embora seu uso estivesse em declínio em Belém do Pará. Esse apanhado ajuda a refletir sobre o sinuoso curso percorrido pela LGA: de forma privilegiada de comunicação à periferia, tanto das cidades quanto dos impressos, e da sociedade que a tinha adotado.

Na seção “Tranquilidade Pública”, da *Falla...* de 1.º de outubro de 1853 publicada em Manaus, dentre outras notícias é narrado o conflito que se deu entre índios Araras e índios aldeados próximo da Aldeia de Sapucaia-oroca, Amazonas. Uma índia foi feita prisioneira e remetida à capital. A publicação, assinada pelo presidente da Província – o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, assim a descreve: “Esta pobre creatura, imagem viva do idiotismo e da imbecilidade, não prestou-me um só dos esclarecimentos que eu desejava obter”. E continua a descrever a falta de comunicação com a indígena: “por ser incapaz de compreender qualquer pergunta que se lhe fizesse por palavras da lingoa geral, ou por gestos”. Na mesma *Falla*, na seção “Instrução Pública” é sugerida a criação de uma Cadeira de “Lingoa Geral” como “um meio de facilitar e estreitar nossas relações com os Indígenas e de promover a catechese”. Mostrando que, mesmo combatida e marginalizada, o domínio sobre a região ainda dependia de sua mediação.

No periódico *Treze de Maio*, publicado em Belém pela Typographia de Santos & Irmãos, encontramos quatro ocorrências de “lingoa” ou língua geral, de 1845 a 1861 (Figura 1). Na seção “Avisos diversos”, edição de 13 de outubro de 1855, logo abaixo de um simples anúncio de chocolates finos há outro indicando a fuga de “um escravo mulato” chamado Geraldo. Seu dono, José da Silva Castro, acrescenta várias características físicas e diz que Geraldo era “filho do Amasonas, falla lingua geral e foi escravo primeiramente de Marcos Cohim, e depois de José Joaquim Ramos Villar de quem o anunciante comprou”. Na edição de 10 de agosto de 1861 do mesmo jornal, seção “Anuncios”, há a referência da venda de diversas edições pela loja de livros de José Maria da Silva, dentre elas o *Diccionario da lingua geral dos Indios no Brasil*, de João Joaquim da Silva Guimarães. Portanto uma ocorrência indicava o domínio da língua geral por um ser humano feito escravo, e a outra um artefato impreso usado para o aprendizado/ensino da mesma. As outras duas ocorrências se deram por repetição desses anúncios, cada um uma única vez.

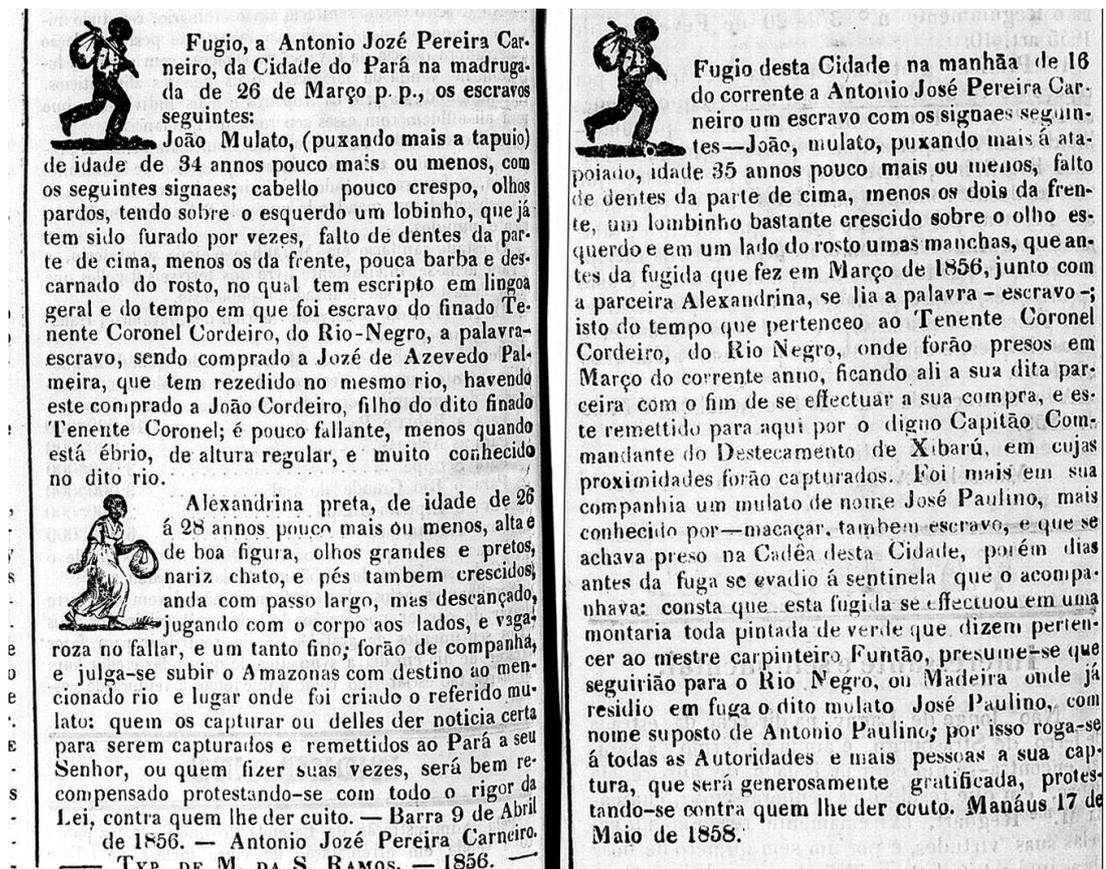
Figura 1: Dois instantâneos da LGA: à direita, aviso de fuga do escravo Geraldo, de 1855; à esquerda, anúncio de livreria, de 1861, ambos retirados do jornal paraense *Treze de Maio* (usado com a permissão da Biblioteca Nacional)



O primeiro periódico da Província do Amazonas foi o *5 de Setembro*, depois renomeado de *Estrella do Amazonas*. Nos quase quinhentos exemplares digitalizados do *Estrella*, de 1854 a 1863, encontramos apenas três ocorrências de língua ou “lingoa” geral. Uma ao caracterizar uma índia e um índio “velho” que “fallavão alguma couza da lingoa geral”. Outra ao se referir a um tipo de tartaruga que “chamão na lingua geral sararacas, que quer diser cousa que se

desmancha”. A terceira, e mais reveladora das citações, de 30 de abril de 1856 (Figura 2), um anúncio de fuga de escravo em que, ao caracterizar João Mulato “(puxando mais a tapuio)”, é dito que este tem “34 anos pouco mais ou menos”. Prossegue dizendo que este não tem os dentes de cima, “menos os da frente, pouca barba e descarnado do rosto, no qual tem **escripto em lingoa geral** e do tempo em que foi escravo do finado Tenente Coronel Cordeiro, do Rio-Negro, **a palavra escravo**” (g.n.). E continua: “é pouco fallante, menos quando está ébrio, de altura regular, e muito conhecido no dito rio”. João havia fugido com Alexandrina do mesmo dono, Antonio Jozé Pereira Carneiro, da cidade do Pará.

Figura 2: Detalhe dos anúncios de fuga de escravo João, em 1856 e 1858, retirados do periódico, *Estrella do Amazonas*, publicado em Manaus (usado com a permissão da Biblioteca Nacional)



A leitura desse revelador anúncio também não escapou à pesquisadora Patrícia Sampaio que, em seu artigo sobre a Escravidão em Manaus no século 19 (2002), nos diz como se escreve “escravo” em Nheengatu: *Miaçua*. A escravidão teve uma reduzida importância econômica na Amazônia se comparada ao Nordeste e Sudeste brasileiro, ainda assim precisa ser lembrada e discutida para também não se tornar invisível. Na Província do Amazonas desde a década de 1866 era reservada a quantia de dez contos de réis por ano para realizar a libertação de escravos, sobretudo crianças (Sampaio, 2002: 18). Nessa Província a abolição ocorreu em 1884, portanto, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea.

Em outro anúncio do *Estrella do Amazonas* (Figura 2), de 22 de maio de 1858, ficamos sabendo de nova fuga de João, sem o “Mulato” que antes acompanhava seu nome. Lemos que ele havia sido capturado junto com Alexandrina em março de 1858. Ela foi posta a venda, ele foi remetido ao seu dono, de onde, novamente, havia escapado. Agora em companhia de “um mulato de nome José Paulino”. Neste novo anúncio, as características físicas de João são novamente relatadas, mas com significativas diferenças do texto anterior. É dito que João teria: “um lombinho bastante crescido sobre o olho esquerdo e em um lado do rosto umas manchas, que antes da fugida que fez em Março de 1856, junto com a parceira Alexandrina, se lia a palavra – escravo –”. Não há referência a tal palavra, que identificava sua condição, ter sido grafada em “lingoa geral” como antes. Teria sido deliberadamente “rasurada”? Seria essa a

origem das tais machas que possuía no rosto, um procedimento para dificultar sua identificação? O anúncio é republicado dia 29 de maio de 1858 e nada mais podemos informar sobre o destino de João.

#### 4 Considerações e alguns pontos finais

Bonsiepe (2011: 29) reconhece que o design, ou a prática projetual, como estando expostos a contradições, sendo muitas vezes utilizado como instrumento de dominação por interesses político-econômicos. Embora pareça ser isto o que ocorre no caso do planejamento e produção dos artefatos impressos ao, deliberadamente, ignorar a língua falada pela maioria da população. Não devemos superestimar o potencial de intervenção social que o projeto gráfico, ou as demais formas de planejamento visual, possuem de fato. O que se pretendeu mostrar neste estudo foi o que misteriosamente não está visível na comunicação impressa produzido na região amazônica. No século 19, em que a tecnologia gráfica desembarga em terras brasileiras, os diversos empreendimentos tipográficos espalhados pelo território brasileiro mantém, inicialmente, uma grande dependência das encomendas do governo, atuando, em muitos casos, como porta-vozes destes. A informação era o discurso feito em “bom” português, a *Falla*, a *Exposição* ou o relato das realizações oficiais, impressa em tipos, tinta e no tempo.

Ao percorrer a narrativa aqui objetivamente resumida da Língua Geral Amazônica, buscamos ler reflexivamente essa história que, associada à cultura impressa, não se fez na forma dialógica apontada por Flusser. Os indígenas foram educados para aprender o novo idioma com o intuito de se tornarem partes de um sistema mais homogêneo, dessa forma, muitos perderam sua identidade e o sentimento de pertencimento. Bastava que as ordens fossem entendidas e, principalmente, cumpridas. Quando a estratégia já havia cumprido seu fim e o ténue controle se mostrava em risco, foram os jesuítas expulsos e o idioma português imposto como única língua. E hoje a usamos, escrevemos este artigo em português para falar da língua dos tupis. A tecnologia tipográfica a traduziu por invisibilidade, mudez que, no entanto, ainda se fazia incomodamente viva, marcada na necessidade de mediação, em anúncios de fuga de escravos e na carne de João. Sua história impressa em jornal e frente, uma vida descrita imprecisamente: seu sobrenome era “Mulato” no primeiro anúncio e no segundo esta palavra apenas o caracterizava. Também é dito que era “puxado mais a tapuio” e teria “35 annos pouco mais ou menos” na última notícia que temos dele. Os anúncios de suas fugas foram publicados no *Estrella do Amazonas*, sempre na última coluna da quarta e última página, mais um índice de sua posição marginal, pois o periódico era quase sempre todo ocupado por uma “Parte Oficial”.

No século passado, que nomeamos de 20 em algarismos arábicos ou XX em romanos, um rio ou caminho se estreitou até quase excluir a via de mão dupla pela qual os habitantes da Amazônia brasileira trafegavam em seu bilinguismo. Falar dois idiomas significava habitar ao mesmo tempo diferentes continentes e a dominar a realidade segundo códigos distintos. Ao impor apenas um, exógeno e de sotaque português, se fazia opção por modelo único de civilização eurocêntrica. Apesar disso, o Nheengatu e outras línguas indígenas continuam faladas e vivas, e são até mesmo ensinadas e pesquisadas nessas instituições chamadas universidades. Lugar de onde essa investigação emerge e vai buscar o seu desfecho, relatando o que antes não se fazia presente: um encontro com uma língua quase muda, e desta com a sua área de conhecimento nomeada *design*. Assim pretendemos fazê-las, língua e área, banharem-se na mistura de saberes advindo de outras tradições, linguagens e épocas. Acreditamos ser essa uma forma de enriquecer o campo de estudo do design ao ampliar seu contato com o outro antes ignorado, tornando mais “mestiço” o seu discurso e fluida as suas fronteiras e certezas.

#### Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONSIPE, G. *Design, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Edgar Blücher Ltda, 2011.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

- BRINGHURST, Robert. *A forma sólida da linguagem*. São Paulo: Edições Rosari, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FLUSSER, Villém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FORTY, Adrian. *Objetos do desejo – design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. 239p. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LATOUR, Bruno. Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). In: *Agitprop* revista brasileira de design, v. 6, n. 58. São Paulo: 2014.
- LIMA, Guilherme Cunha; LIMA, Edna Lucia Cunha; MARTINS, Fernanda de O. Apontamentos para uma História do Design Gráfico no Brasil – o caso do Pará – Levantamento das empresas tipográficas do Pará entre 1820 e 1850. In: *Anais do 6º Congresso Internacional de Design da Informação*. São Paulo: Blucher, 2014.
- MARGOLIN, Victor. *A política do artificial: ensaios e estudos sobre design*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. O último refúgio da língua geral no Brasil. In: *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 76. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2012.
- PEREIRA, Rômulo do N.; MEDEIROS, Ligia. Subsídios para uma história do design gráfico no Brasil: a primeira tipografia do Amazonas (1851-1866). In: *Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. São Paulo: Blucher, 2016.
- RODRIGUES, Aryon D. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: *Sob o signo do Xingu*. Belém: UFPA / IFNOPAP, 2003.
- RODRIGUES, Aryon D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. In: *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2. São Paulo: SBPC, 2005.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Nas teias da fortuna – acumulação mercantil e escravidão em Manaus. In: *Mneme revista de humanidades*, v. 3; n. 6. Caicó: Departamento de História e Geografia da UFRN, 2002.

### Nomes dos autores

Rômulo do Nascimento Pereira, doutorando em Design, Esdi/UERJ, Brasil,  
romulonascimento@hotmail.com

Ricardo Artur Carvalho, PhD, Esdi/UERJ, Brasil, rickartur@gmail.com

Ligia Medeiros, PhD, Esdi/Uerj, Brasil, ligia@esdi.uerj.br